

Artigo

O ASILO SANTA LEOPOLDINA DE NITERÓI E UMA AÇÃO PÚBLICO-RELIGIOSA PELA EDUCAÇÃO FEMININA (1850-1878)

Marco Aurélio Corrêa Martins* 

Paula Leonardi** 

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir os embates em torno da criação, manutenção e administração do Asilo Santa Leopoldina de Niterói, instituição criada por força de decreto provincial, em 1850. Tais embates são propícios para pensar as disputas em torno da educação de meninas pobres. Da criação do Asilo, passando por sua administração pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria até sua saída e entrega para as Irmãs de Caridade é possível observar as relações entre políticos conservadores e liberais e entre Igreja e Estado, foco escolhido para a análise. O estudo apoiou-se nos relatórios de presidentes da Província do Rio de Janeiro, em periódicos do período e em documentação da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Consistiu em análise das fontes apoiada na bibliografia, procurando destacar a temporalidade da constituição da instituição asilar sob o ponto de vista da educação e da escolarização.

Palavras-chave: Asilo Santa Leopoldina, poder público, congregações religiosas.

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

EL ASILO SANTA LEOPOLDINA DE NITERÓI Y UNA ACCIÓN PÚBLICO-RELIGIOSA PARA LA EDUCACIÓN FEMENINA (1850-1878)

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir los enfrentamientos en torno a la creación, mantenimiento y administración del Asilo de Santa Leopoldina, en Niterói, institución creada por decreto provincial, en 1850. Dichos enfrentamientos son propicios para reflexionar sobre las disputas en torno a la educación de las niñas pobres. Desde la creación del Asilo, pasando por su administración por las Hermanas del Inmaculado Corazón de María hasta su salida y entrega a las Hermanas de la Caridad, es posible observar las relaciones entre políticos conservadores y liberales y entre Iglesia y Estado, foco elegido para el análisis. El estudio se basó en los informes de los presidentes de la Provincia de Río de Janeiro, en publicaciones periódicas de la época y en documentación de la Congregación de las Hermanas del Inmaculado Corazón de María. Consistió en análisis de las fuentes apoyado en bibliografía, intentando destacar la temporalidad de la constitución de la institución asilítica bajo el punto de vista de la educación y de la escolarización.

Palabras clave: Asilo Santa Leopoldina, poder público, congregaciones religiosas.

THE SANTA LEOPOLDINA ASYLUM OF NITERÓI AND A PUBLIC-RELIGIOUS ACTION FOR WOMEN'S EDUCATION (1850-1878)

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the disputes surrounding the creation, maintenance and administration of the Santa Leopoldina Asylum in Niterói, an institution created by provincial decree in 1850. These clashes provide an opportunity to think about the disputes surrounding the education of poor girls. From the creation of the Asylum, through its administration by the Sisters of the Immaculate Heart of Mary to its departure and hand-over to the Sisters of Charity, it is possible to observe the relations between conservative and liberal politicians and between Church and State, the focus chosen for the analysis. The study was based on the reports of the presidents of the Province of Rio de Janeiro, on periodicals of the period and on documentation of the Congregation of the Sisters of the Immaculate Heart of Mary. It consisted in analysis of the sources supported by bibliography, trying to highlight the temporality of the constitution of the asylytic institution under the point of view of education and schooling.

Keywords: Santa Leopoldina Asylum, public power, religious congregations.

L'ASILO SANTA LEOPOLDINA DE NITERÓI ET UNE ACTION PUBLIQUE-RELIGIEUSE POUR L'EDUCATION DES FEMMES (1850-1878)

RÉSUMÉ

L'objectif de cet article est de discuter des affrontements autour de la création, du maintien et de l'administration de l'asile Santa Leopoldina à Niterói, une institution créée par décret provincial en 1850. Ces affrontements sont propices à la réflexion sur les conflits autour de l'éducation des filles pauvres. De la création de l'asile, en passant par son administration par les Sœurs du Cœur Immaculé de Marie, jusqu'à son départ et sa remise aux Sœurs de la Charité, il est possible d'observer les relations entre les politiciens conservateurs et libéraux et entre l'Église et l'État, axe choisi pour l'analyse. L'étude s'est basée sur les rapports des présidents de la Province de Rio de Janeiro, sur les périodiques de l'époque et sur la documentation de la Congrégation des Sœurs du Cœur Immaculé de Marie. Il a consisté en analyse des sources appuyée par une bibliographie, cherchant à mettre en évidence la temporalité de la constitution de l'institution d'asile du point de vue de l'éducation et de la scolarisation.

Mots-clés: Asilo Santa Leopoldina, pouvoir public, congrégations religieuses.

INTRODUÇÃO¹

As instituições de caridade, assistenciais ou filantrópicas, cuidadoras de órfãos e desvalidos, dentre outras, nem sempre são tomadas como instituições de educação, por vezes vistas como apenas lugar de guarda. Especialmente quando se trata de instituições católicas ou ligadas à Igreja os colégios costumam ser mais estudados em detrimento das instituições de órfãos (Custódio, 2014).

A história da escolarização não prescinde das instituições como o Asilo Santa Leopoldina. Ao construirmos uma história do Asilo, realçamos alguns temas que nos permitem conhecer melhor os processos educativos do século XIX, especialmente aqueles que dão lastro à consecução de um direito social.

Em primeiro lugar, destacamos a criação do Asilo Santa Leopoldina pela Assembleia Provincial fluminense. Nesse contexto, a questão da caridade e da filantropia parecem elucidar um pouco o enredo das disputas que se travaram ao longo dos anos. Em seguida, destacamos que o Asilo era uma instituição educacional e focalizamos o período de sua constituição até seus 30 anos, quando foi marcado por uma crise nos aspectos institucional, eclesiástico e político.

A pesquisa toma como fonte principal os relatórios dos presidentes da província do Rio de Janeiro e recorre aos Anais da Assembleia fluminense, a coletânea de documentos relativos à Congregação do Imaculado Coração de Maria e jornais do período de forma que vinculamos a história do Asilo à história dessas religiosas, além das mudanças na política pública provincial.

O texto consiste numa descrição de uma trajetória institucional que mescla religião e política, Igreja e Estado, no qual procuramos, durante a narração, deixar os lastros reflexivos e analíticos suscitados pela ciência histórica e apoiados na bibliografia pertinente. Tal escolha cronológica visa a dar destaque às mudanças políticas e modos de relacionar do poder público com os representantes da Igreja.

A CRIAÇÃO DO ASILO SANTA LEOPOLDINA

O Asilo Santa Leopoldina foi criado por lei provincial de nº 537, de 19 de junho de 1850, mas só foi instalado em 1854. Era comum, nas legislaturas fluminenses, incluir artigos na lei do orçamento, afinal, o ano legislativo possuía apenas três ou quatro meses. A lei fez dotação de quatro contos de réis destinados ao Asilo. A criação de um asilo para crianças órfãs foi proposta pelo deputado provincial J. Rabello de Vasconcellos e Souza, ligado ao município de Paraíba do Sul, em 14 de maio de 1850. O deputado repercutia uma reclamação do chefe

¹ Essa pesquisa é parte de um projeto de pós-doutoramento realizado e supervisionado (uma espécie de parceria bem sucedida entre as autoras), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

de polícia da província² sobre crescentes pedidos de socorros a crianças desvalidas pela febre amarela.

O projeto original (Rio de Janeiro, 1850, p. 2) propunha a criação de um asilo em Niterói para a infância desvalida, entre 2 anos e 7 anos, se meninos e entre 2 e 10 anos, se meninas. Previa receber os “expostos” e encaminhá-los à corte e, acima da faixa etária, os meninos para o Arsenal de Marinha e as meninas para a Santa Casa de Misericórdia, ambos no Rio de Janeiro, enquanto não fosse possível recebê-los.

Como a lei não foi cumprida e sua vigência era anual, por se tratar do orçamento de 1851, a autorização foi reformulada e repetida nos dois anos seguintes. Em 1851, Darrigues Faro avisava o não cumprimento da lei, mas sem uma explicação. Essas razões foram apontadas pelo deputado Luiz Honório Vieira Souto, em 1859: “graves inconvenientes que resultariam de achar-se a administração provincial incumbida da direção de um estabelecimento de caridade”, o que poderia resultar que o estabelecimento se tornasse uma repartição pública (Souto, 1859, p. 6).

No século XIX, o Brasil não conheceu as questões sociais como composição de um direito. O sentido dessas ações era o da caridade, ligadas às obras de misericórdia e organizadas por leigos, em irmandades (Marcílio, 1998). O caso do Asilo Santa Leopoldina é emblemático a propósito das tensões entre a ideia de caridade, que vinha dos tempos da colônia, e a ideia de filantropia, mais característica de meados do século XIX, – sob influência do liberalismo e do avanço da secularização – que envolvia maior participação do poder público. Aí também é possível vislumbrar os embates entre Liberais e Conservadores, entre Estado e Igreja no destino de crianças abandonadas, momento em que as províncias passam a debater e assumir mais efetivamente esta incumbência. Para Marcílio (1998), este maior protagonismo das Assembleias estava relacionado ao crescimento da urbanização, à entrada das mulheres em novos postos de trabalho, à imigração e ao receio de escassez de mão de obra com o fim do tráfico de pessoas escravizadas.

Ao mesmo tempo, as endemias se tornavam mais recorrentes quanto mais se abriam os caminhos ligando as vilas da província. Sem um direito social, com uma filosofia centralizadora e pragmatista, inspiradas em Hobbes e Bentham, a preocupação com a segurança e a vida da população eram temas que deviam estar à vista do administrador público como fórmula necessária à manutenção do poder estatal sobre as populações (Maraschin, 2015). A década de 1850 experimentava o auge de um processo de consolidação da constituição do Estado Nacional Brasileiro e havia, ainda, muitos elementos da política dos Conservadores questionados pelos Liberais e vice-versa. Não caberia, nesse viés, a consecução de uma instituição pública de caridade, como manifestou o Presidente Luiz Antônio Barbosa sobre esta demanda:

² Os delegados ofereciam socorros médicos e remédios aos indigentes com o dinheiro arrecadado nas ações da polícia e doações. O Chefe de Polícia da Província, entre 1848 e 1854, era o Bacharel Venâncio José Lisboa [Filho] (Laemmert, 1850). Também foi deputado geral e provincial pelo Rio de Janeiro e Maranhão, presidente de São Paulo e do Maranhão (IHGB, sd.).

Na proposta de que falo, o asilo parece ser considerado mais como um estabelecimento de governo, de cuja administração a ordem da Conceição se incumberia no caráter de preposto, do que como instituição de caridade apenas provocada, protegida e auxiliada pelo governo. Semelhante princípio parece-me inadmissível em vista da lei que equipara o asilo às casas de caridade, tem os inconvenientes de privá-lo dos seus mais poderosos sustentáculos, e talvez algum espírito mais escrupuloso nele descubra resabios de socialismo (Barbosa, 1854, p. 13).

De outro lado, destaca-se o ideal de filantropia e caridade que presidiu iniciativas do tipo e que merecem ser observadas não apenas pelo ponto de vista da assistência social, mas, também, pelo aspecto da instrução-educação.

O ideal de filantropia não estava muito afastado daquele da caridade. Grosso modo, podemos admitir que, enquanto a caridade é um exercício de base religiosa, a filantropia se coloca na senda dos direitos do homem, uma virtude social, na visão dos filósofos da Ilustração (Moraes; Tavares; Souza, 2017). Há uma dialética entre caridade e filantropia: a filantropia, como secularização da caridade, influi na própria caridade, dando ênfase à organização da esmola em instituições centralizadoras da ação financiada, de modo que, muitas vezes, esses termos são utilizados como sinônimos.

Não obstante, alguns autores trazem análises da trilogia entre dar-receber-retribuir e isso nos conduz a uma “economia da esmola”:

Não é que as interações sociais sejam totalmente anônimas ou que despersonalizem as relações sociais através de uma rede de captação e redistribuição das doações (embora ela, a rede, de fato exista, pois o fenômeno, como já comentado, é complexo). O que se dá é a ordenação social das esmolas em grandes sistemas administrativos, econômicos e midiáticos. A esmola e a caridade são agora um assunto de profissionais que atuam em organizações filantrópicas ou não, religiosas ou não, privadas ou não, mas necessariamente sob a supervisão e gerenciamento de expertises que traçam metas, que planejam objetivos e os executam. A esmola se organizou! (Mello, 2015, p. 17).

Essa organização, segundo Silva et al (2020), tem relação com a sociedade urbana e com a necessidade de o pobre ser “socialmente invisível” para não manchar a cena urbana, mas “visível” no sentido de permitir e justificar as instituições filantrópicas e apoio do Estado à questão.

A sociedade Imperial compreendia os espaços de socialização, profissionalização e educação, como distintos. Compreendia que dando uma profissão aos órfãos e desvalidos, davam-lhes dignidade ao mesmo tempo que evitava um novo problema para a sociedade. Uma sociedade marcada pela escravidão precisava demarcar os espaços dignos de serem trabalhados ou compartilhados de maneira saudável e moralmente aceitáveis. Um viés que se impunha às meninas era o trabalho doméstico na própria família, instituída por um casamento ou em famílias abastadas que necessitassem dos serviços domésticos “moralizados”, que afastassem os vícios introduzidos, segundo alguns à época, pela convivência com a escravidão.

Em 1854, Darrigues Faro comunicava à Assembleia a fundação do Asilo Santa Leopoldina com a presença da família real como protetora, doadora de cinco contos de réis para a obra.

O vice-presidente assumiu a fundação e se tornou seu primeiro provedor. Em seu relato, teria seguido orientações do presidente Luiz Antônio Barbosa.

Para Luiz Antônio Barbosa, o Asilo era uma decisão que a Assembleia insistia por anos seguidos e a obra deveria ter perenidade. Por isso, preocupou-se com questões jurídicas, pois os fundos consignados pela província, para tal, eram insuficientes, sendo necessário o auxílio da caridade pública. Nesse sentido, entendia ele que a tenacidade e perseverança na manutenção da obra social não poderia vir, senão, da religião e da caridade do Estado³.

Criou-se a Irmandade de São Vicente de Paulo, pois a Confraria de Nossa Senhora da Conceição rejeitou a manutenção proposta na lei do orçamento de 1852. Segundo ofício de 06 de março de 1852, do Presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Presidência, 1852), o objetivo da lei era que a Confraria assumisse o ônus de educar os meninos, sustentá-los, vesti-los e tratar suas enfermidades.

Darrigues criou a Irmandade de São Vicente de Paulo⁴ com o objetivo de proteção da infância desvalida; devendo ramificar-se por toda a Província. Já o Asilo, conforme o artigo segundo da deliberação, deveria

receber, educar e restituir à sociedade, com algum ofício ou profissão, os meninos e meninas, de qualquer dos municípios da província, que, por abandono, absoluta indigência dos pais, orfandade, ou quaisquer outros motivos, necessitem desse socorro (Presidência, 1854, p. S1-7).

Como se vê o Asilo deveria atender aos habitantes da província. No entanto, a Irmandade dependia ainda do “Compromisso” que seria elaborado para aprovação da autoridade eclesiástica do bispo do Rio de Janeiro⁵. Em 1856, o Compromisso foi aprovado e a Irmandade legalmente reconhecida (Tolentino, 1856).

Apesar do atraso na fundação devido à questão da provedoria do Asilo, toda a fundação e parte importante da manutenção, ficaram a cargo da Província. O governo criou uma instituição de caráter religioso utilizando uma forma legal e com a assinatura de autoridade civil.

Em 1854, 50,5% da receita do Asilo veio da Província em forma de loterias. Nesse valor não constava as despesas administrativas autorizadas pela Assembleia (Tolentino, 1856a). Em 1857, o vice-presidente João Manoel Pereira da Silva (1857) somava essas despesas, subvenções e loterias em aproximadamente 146 contos de réis. Excluindo-se as antecipações usadas nas compras de imóveis, conforme demonstração da contadoria, o Asilo havia recebido das verbas para as casas de caridade da província, cerca de 43:772\$ (quarenta e três contos, setecentos e setenta e dois mil réis) nos três primeiros anos de sua existência, obtendo cerca de 35% dessa rubrica no ano de 1856 (Barbosa, 1857).

³ O controle da esmola era um modelo de economia e permitia a permanência das ações filantrópicas por uma instituição contra a prática da esmola esporádica.

⁴ A Irmandade foi formada por cidadãos abastados e políticos da província de quem recebia mensalidade para a manutenção do Asilo.

⁵ Embora a aprovação dos Compromissos de Irmandades religiosas fosse competência do Império, as províncias o faziam se essas irmandades fossem restritas a sua jurisdição (Vasconcelos, 1869, p. 7).

Para a administração interna do Asilo, foram contratadas as Irmãs do Coração de Maria⁶ por 6 anos. O recurso da contratação de religiosas era comum em outras instituições caritativas como a própria Santa Casa de Misericórdia, o Hospital de Alienados e o de Recolhimento de Santa Tereza, todos do Rio de Janeiro, aos cuidados das irmãs vicentinas francesas. As irmãs do Imaculado Coração de Maria cuidaram do Asilo Santa Leopoldina até 01 de junho de 1874, sendo substituídas, em 1878, pelas irmãs vicentinas.

O contrato das irmãs vicentinas francesas, de 1878, permitia que as freiras vivessem conforme sua regra religiosa e tivessem todo o controle da instrução e ordem do Asilo, bem como da instrução das crianças, à época apenas meninas. Para tal, as religiosas teriam alojamento mobiliado, roupas para o trabalho, receberiam o sustento, tratamento médico, luz, lavagem de roupa, uma anuidade de 200\$ (duzentos mil réis)⁷, garantia de moradia se ficassem doentes (sem os vencimentos) e funeral no caso de falecimento. Todas as despesas da casa e dos empregados seriam custeadas pela Irmandade de São Vicente de Paulo, provedora do Asilo (Asilo Santa Leopoldina, 1878).

Embora Luiz Antônio Barbosa, em 1853, houvesse, didaticamente, separado o Estado da Instituição de Caridade, esse mesmo presidente foi responsável por uma ingerência direta na administração do Asilo, em 1857. A Província, através do vice-presidente José Ricardo de Sá Rego, havia adquirido, com dinheiro de antecipação de loterias que seriam destinadas ao Asilo, uma chácara na rua da Praia, em Icaraí, para ali construir o prédio da instituição. A pedra fundamental foi lançada diante do Imperador e da Imperatriz, protetores da obra e, posteriormente adquiriu-se outra chácara contígua para ampliação do projeto. Em 1859, o deputado Luiz Honório Vieira Souto⁸, secretário da Irmandade S. Vicente de Paulo, procurava demonstrar à Assembleia que as propriedades em Icaraí foram adquiridas pela Província e registradas como usufruto do Asilo Santa Leopoldina enquanto esse subsistisse. Segundo o deputado (Souto, 1859), a lei proibia a propriedade de bens de raiz a instituições de mão morta⁹ como era o Asilo. No entanto, o presidente da província, Luiz Antônio Barbosa, aprovou na Assembleia a compra de uma chácara nos arredores de Niterói, em Fonseca, e ordenou a transferência do Asilo, com cerca de 70 crianças, maioria meninas, para lá.

6 Esse era o nome como popularmente era conhecida a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria e como figurava nas páginas da imprensa.

7 Em 1875, um professor primário de 1ª classe ganhava, na Província do Rio de Janeiro, 800\$ (oitocentos mil réis) de salários e mais 400\$. (quatrocentos mil réis) de gratificação anuais (Travassos, 1874). Em geral, os professores também residiam nas casas alugadas para funcionamento das escolas.

8 O discurso proferido pelo Deputado ocupa quase toda a página 2 do caderno de suplemento do Diário do Rio de Janeiro e é rico em detalhes e em documentação.

9 Por ser propriedade coletiva, não havia o direito de legar herança e, portanto, não poderia possuir bens de raiz, ou seja, bens imóveis. Esse foi um arranjo legal durante o período imperial, baseado nas antigas Ordenações Filipinas (originárias da Espanha) e Ordenações Alfonsinas.

O discurso de Vieira Souto (1859) na Assembleia tentava restabelecer e transferir novamente a instituição para Icaraí. Tal iniciativa, bastante tensa, se dava pelo grande número de crianças adoecendo na casa do subúrbio. O tema teve muita repercussão na imprensa e na Assembleia Provincial. O problema com a saúde das crianças teria se manifestado logo no primeiro mês da nova morada no Fonseca. A iniciativa de Luiz Antônio Barbosa visava a dar ao Asilo outra fonte fixa de renda, que eram os aluguéis e arrendamentos das propriedades da Rua da Praia. (Barbosa, 1857; Silva, 1857). Tal benefício foi maculado, segundo Vieira Souto (1859), pelas despesas extras e permanentes que se somaram com a transferência, seja pela adaptação das instalações, pela distância que exigia mais gastos com provisões, moradas e salários e, principalmente, pelo grande número de adoecimentos na nova instalação. Em 1865, o Asilo foi mudado novamente para a Rua da Praia, em Icaraí (Bortoluzzi, 1996).

AS IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA E A EDUCAÇÃO NO ASILO

A finalidade do Asilo Santa Leopoldina era educar para restituir à sociedade os órfãos com uma profissão ou ofício. A instituição deveria ser dividida em dois estabelecimentos, sendo criado apenas o primeiro no momento da fundação: Casa de Educação e Instituto Colegial. A Casa de Educação ofereceria às internas, instrução primária (Presidência, 1854).

As irmãs do Imaculado Coração de Maria tinham como fim principal a educação das meninas, “não só para a ciência necessária ao próprio estado, mas com particularidade para criar dedicação ao santo temor de Deus no coração inocente das meninas” (A Madre, 1880, p. 1). O projeto de Bárbara Maix, fundadora da Congregação, era educar meninas e moças em pensionatos e asilos. Porém, do ponto de vista religioso, a orientação da educação dessa congregação, apesar de europeia, era mais rígida e diferente da francesa, uma vez que, apesar de fundada no Brasil, tinha origem austríaca. As religiosas da congregação deveriam educar por conselhos e obras, tornar as educandas úteis e aptas a qualquer condição e jamais ensinar usando matérias e artes que levassem à sensualidade ou vaidade etc, já que se queria fazer das moças boas cristãs (Oliveira, 2009; Leonardi, 2002).

Em 1849, ano da chegada das irmãs ao Rio de Janeiro, vindas de Viena, o Diário do Rio de Janeiro publicou um “comunicado” de sua chegada. Neste comunicado é possível ler os fins aos quais se propunham dedicar:

1º Educar meninas.

2º Acolher pessoas sem ocupação, ocupá-las em uma parte separada da casa e ensinar-lhes uma ocupação adequada e justa.

3ª Acolher enfermos e dementes, os quais elas tratam separadamente das outras.

4º Acolher todas as pessoas que querem viver retiradas, como também pessoas velhas e inválidas que querem acabar os seus dias neste asilo.

5º Obrigam-se elas rezar e fazer penitência por todos aqueles que lhes são recomendados.

7º O regente ajudado pelas irmãs faz os exercícios religiosos. (Comunicado, 1849¹⁰).

As religiosas refugiadas na cidade, só conseguiram a aprovação eclesiástica para tomarem hábito já aqui no Brasil, em 1849. Tratava-se, portanto, de uma organização religiosa sem tradição no interior da Igreja e da sociedade. Com o fim de angariar alunas, publicavam regularmente notícias no Diário do Rio de Janeiro (Bortoluzzi, 1996).

As irmãs viviam do trabalho externo que prestavam a irmandades e a setores de governos. Por serem pobres desde sua origem vienense, não tinham posses que lhes permitissem autossuficiência. Chegadas ao Rio de Janeiro, após acolhimento no Convento da Ajuda, foram trabalhar em uma escola criada com a Irmandade Nossa Senhora do Terço, na rua Senhor dos Passos, em 1849, e transferida, no mesmo ano para o Rocio da Cidade Nova¹¹. A escola se dedicou às terceiras ou às meninas filhas dos terceiros. Para o ano seguinte, a escola estava desvinculada da Irmandade do Terço (Catituaia, 1849). Segundo Bortoluzzi (1996), as dificuldades em manter o colégio vinculado à Ordem Terceira estavam ligadas ao tipo de educação oferecido pelas irmãs. Os pais, pertencentes a famílias abastadas, esperavam um modelo de educação afrancesado. No colégio, as freiras lecionavam a língua alemã¹². Além disso, não possuindo escravos, as freiras exigiam que as próprias alunas cuidassem da higiene e arrumação de seus leitos e pertences. Trechos do documento “Histórico das Dissidentes”, transcritos por Bortoluzzi, indicam que algumas das freiras que abandonaram a congregação também consideravam duras as regras do colégio.

Após essa experiência, uma nova escola foi criada no bairro do Catumbi com um anexo para senhoras solteiras ou viúvas. Também teve duração efêmera, sendo os asilados e as próprias irmãs admitidas no Asilo de São Cristóvão, em 1852, já que estavam endividadas sem poder atender aos pobres (Redação, 1852). Em seguida, ainda em 1852, foram morar na Ilha de Bom Jesus na baía da Guanabara, ou ilha dos Frades como era conhecida, atualmente parte da Ilha do Fundão, num antigo convento franciscano. Para isso, pediam quatro loterias ao Império a fim de amortizar dívidas e reformar o prédio (Brasil, 1852). A cessão do convento foi conseguida através do governo Imperial (Almeida, 1855). Assumiram a criação do Asilo de Santa Leopoldina em Niterói, em 1854. Em 1957, também assumiram um asilo de mesmo

¹⁰ O “comunicado” era contemporâneo a uma espécie de “guerra” que a imprensa liberal travava contra as Irmãs da Caridade de São Vicente, chegadas à mesma época ao Brasil, principalmente após essas assumirem parte significativa da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. O Diário do Rio de Janeiro, de Nicolau Lobo Vianna, dando destaque à vinda das Irmãs do Coração de Maria para o Brasil, indicava a perseguição que essas religiosas sofreram em sua nação, em Viena, por uma “anarquia” lá estabelecida. Era uma referência indireta às revoluções liberais de 1848 naquele país. Portanto, dava destaque a um tipo de trabalho religioso necessário, nas causas sociais, mas perseguido pelos radicais liberais.

¹¹ O Rocio da Cidade Nova ou Rocio Pequeno em contraposição ao Rocio Grande (atual Praça Tiradentes), é a Praça Onze, embora fosse muito maior que a atual devido à construção, dentre outras, da avenida Presidente Vargas, era uma área de expansão da cidade em 1849 e pouco habitada (Galvão, 1968). A região foi habitada por trabalhadores e imigrantes e, posteriormente, reduto da população negra oriunda do processo de abolição (Biblioteca Nacional, 2020).

¹² Uma carta encaminhada por Bárbara e Padre Pöckl endereçada ao bispo denuncia uma agressão física por parte de alguns membros da Ordem Terceira contra eles. Dela se pode deduzir que houve desentendimentos em função do pouco domínio da língua portuguesa das irmãs e do padre.

nome em Porto Alegre, criado pela Província do Rio Grande do Sul, permanecendo em sua administração apenas por um ano¹³.

Em 1855, Bárbara Maix e outras freiras foram administrar o Asilo de Nossa Senhora da Conceição, em Pelotas. Esse asilo era fundado e mantido pela maçonaria e foi em função da atividade nesta instituição que uma cisão ocorreu na congregação envolvendo as fundadoras, em 1863. Nesse ano, deixando Pelotas, as irmãs foram admitidas na fundação do Asilo do Sagrado Coração em Rio Grande, cidade próxima, iniciativa daquela Câmara Municipal (Valle, 2018).

A ida para o Rio Grande do Sul aproximava a cultura de origem das freiras devido ao grande número de imigrantes de origem germânica que se dirigiam para aquele ponto do país. Isso poderia justificar, também, sua ida a Petrópolis, trabalhar na obra iniciada pelo Padre Siqueira, a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, em 1871.

ESCOLA NORMAL PROVINCIAL, NO ASILO? DUAS VERSÕES PARA A FORMAÇÃO FEMININA

A obra das irmãs de Bárbara Maix, nesse período, era o que podemos chamar de tipo proletário. Eram trabalhadoras contratadas para obras de caridade e de filantropia que lhes permitiam atender à sua subsistência e à sua missão: trabalhar com mulheres pobres nas cidades. Era, portanto, uma vida simples e sem garantias de subsistência fora daquilo que poderíamos chamar de “emprego”. No Rio de Janeiro, as Irmãs ocuparam-se de várias escolas sem conseguir mantê-las por muito tempo. Segundo Sônia Oliveira (2009) o projeto educativo de Bárbara Maix, era combatido por propor um tipo de educação feminina que não se encerrava apenas na educação doméstica, preparação para o casamento e formação moral-cristã. Ela queria uma formação intelectual da mulher e para uma fortaleza que pudesse resistir às adversidades. Essa formação intelectual incluía o ideal de formação para o magistério. Bárbara Maix era uma freira que vivia fora dos muros de um convento e era uma administradora (Oliveira, 2009, p. 69).

Um indicativo dessa visão e repercussão dentro do governo da Província do Rio de Janeiro foi anunciado pelo vice-presidente Antônio Tolentino, em 1858:

No caso em que se acha este estabelecimento, reputo-o uma instituição auxiliar do ensino primário das classes pobres e enxergo nele algumas das condições precisas para organizar-se, em seu seio, uma escola normal de professoras, onde a par do estudo de noção do magistério, teriam as alunas-mestras o meio conveniente de fazer a aplicação prática das doutrinas que estudassem; portanto uma escola primária adjunta às escolas normais é o seu complemento necessário e o cadinho em que se fundem e dá-se forma e corpo às ideias que constituem o ensino teórico da pedagogia, da educação e da instrução, e cujos princípios o internato tende poderosamente a fortificar (Tolentino, 1858, p. 159).

¹³ Este asilo foi extinto e incorporado ao Asilo Santa Tereza, administrado pelo Padre Cacique de Barros, em 1880 (Bakos; Silveira; Castro, 1991).

Tolentino esteve às voltas com uma reforma administrativa da província. Ele propôs alterações significativas em vários ramos da administração pública, conhecedor que era da mesma, por ser funcionário público de carreira e passado por várias instituições públicas do Império. Não era exatamente um político, mas um administrador. Essa reforma custou-lhe muitos aborrecimentos (Cândido, 2007).

No aspecto educacional, a reforma recriava a Escola Normal de Niterói. Mas sua instalação só aconteceu em 1862. Tolentino vislumbrava o desenvolvimento da Escola Normal junto à instituição de atenção social. Embora uma espécie de escola de aplicação para as asiladas, não era somente esse o ideal circulante. Mesmo porque, o problema que se colocou no funcionamento da Escola Normal a partir de sua recriação, era a divisão por gênero: por funcionar no mesmo prédio e com os mesmos professores, com alunos do sexo masculino e feminino, as aulas passaram a ser dadas em dias alternados. Por isso, o funcionamento no Asilo de uma sessão feminina era uma ideia cotejada.

Dez anos após o vislumbre do Presidente Tolentino e depois de o tema voltar aos relatórios de presidentes e vice-presidentes, o presidente Américo Brasiliense de Almeida e Mello era bem mais específico sobre a formação de um magistério e sua relação com as meninas desvalidas:

Quando visitei o asilo, tive ocasião de observar a excelente direção que é dada, a ordem e asseio que ali se nota. Penso porém que tão pia instituição se tornaria mais fecunda em benefícios, se porventura ali se tratasse de habilitar as mais inteligentes das educandas, de modo a poderem ser empregadas nas cadeiras do ensino primário (Almeida e Mello, 1868, p. 10).

Essa proposta é bem mais ambiciosa que a apresentada dez anos antes pelo Presidente Tolentino. No entanto, a legislação para a docência feminina, tinha rigores que colocavam esse ideal um pouco distante, embora a Assembleia pudesse remover esses obstáculos. A ideia não nascia na administração pública, mas no interior do próprio Asilo, como esclarece o vice-presidente Des. Diogo Teixeira de Macedo, futuro Barão de São Diogo, em 1869:

Abrir-lhes as portas do magistério público, como indica o provedor em seu relatório, isentando-as do concurso, e preferindo-as a quaisquer pretendes é inadmissível.

Sua educação deve ser dirigida para o fim modesto a que se destinam. O magistério exige outras habilitações. Além disso, as donzelas não podem ser empregadas no magistério senão na idade de 30 anos, salvo sendo acompanhadas por seus pais, tutores ou próximos parentes de reconhecida probidade, como preceitua o regulamento de instrução. Encerrada desde tenra idade em um recolhimento sem a menor experiência do mundo, não seria acertado confiar-lhes uma escola senão naquelas condições.

Em vez de uma professora má, procure antes a administração do Asilo fazer das asiladas boas costureiras, lavadeiras e engomadeiras, dando-lhes mostras hábeis nesses serviços. (Macedo, 1869, p. 18).

A visão do desembargador é muito restritiva às crianças pobres asiladas e, sobretudo, às mulheres. Assemelha-se aos discursos que colocavam embaraço às freiras do Imaculado Coração de Maria, no Rio Grande do Sul, o Padre Cacique de Barros e seu Presidente Henrique Francisco d'Ávila (Bakos; Silveira; Castro, 1991). Apenas para efeito comparativo, o Presidente

Tolentino, 10 anos antes, ao se referir ao propósito de criar uma Escola Normal dentro do Asilo Santa Leopoldina, assim se referiu ao papel feminino na sociedade:

[...] é tempo que o sexo tome entre nós a posição que lhe assinala a civilização e a humanidade. São as mulheres a garantia do íntimo sentimento da família, e a família é a base vital da sociedade e a alma deste corpo; a elas cumpre pois tecer e formar esses laços misteriosos que lhes prendem a infância ao coração (Tolentino, 1858, p. 159).

Outra razão de tensões entre as religiosas e o poder público foi em relação a escravidão. Bárbara Maix e suas congregadas destacaram seu horror a essa instituição logo no desembarque no Rio de Janeiro, em 1849. No comunicado publicado no Diário do Rio de Janeiro deixavam claro a exclusão de escravizadas no serviço da congregação e de suas obras “Tem este modo de educação mais a vantagem de aprender as meninas adultas a economia doméstica, a qual havia de as pôr em contato com os escravos, dos quais elas somente aprendem vícios e maus costumes” (Comunicado, 1849, p. 2).

Os embates em torno do tema da educação destas meninas repercutiam nos jornais e no governo da Província. No jornal O Provinciano, de Niterói, publicou, em 9 de julho de 1865 (p. 2, apud Bortoluzzi, 1996, p. 534) o seguinte comentário:

(...) Essas religiosas que vos apresento (...) nunca foram mães, nem o serão em tempo algum (...). Não poderão, portanto, inculcar nas educandas os princípios geradores de uma verdadeira mãe de família, da mulher útil à sociedade, porque elas ignoram totalmente as condições deste estado. A educação ali recebida é a exclusivamente religiosa, puramente tendente a formar congregadas do Coração de Maria; estas santas criaturas ensinam a conhecer o céu e deixam as adolescentes na completa ignorância do mundo!

(...) Ali pelos fundos acessíveis do edifício, escapa-se uma donzela/ atira-se ao mundo, por um lado atraída pela curiosidade, filha da inexperiência, por outro, expelida da detenção claustral, em que se achava, pela aversão ao estado exclusivamente religioso que tentavam impor-lhe. Esta aversão, longe de ser aniquilada pelas penas disciplinares que sofreu, foi por estas excitada até o grau da exasperação.

O jornal O Fluminense e o próprio O Provinciano já haviam relatado a presença de rapazes nos arredores do Asilo. O primeiro noticiando, também, a fuga de uma das asiladas.

Embora aprovada na lei do orçamento para 1876, a criação da escola normal não se efetivou. Nos debates que se sucederam nota-se que o projeto de profissionalização das asiladas ainda circulava na administração da Província e na Assembleia. O deputado provincial, Josino Filho, responsável pelo projeto de levar a Escola Normal feminina para o Asilo Santa Leopoldina dizia: “Duas vantagens importantes resultam desta ideia: criação do internato sem despesa para os cofres provinciais e destino a moças desvalidas, dando-lhes profissão honesta” (Assembleia, 1875, p. 511). Esse intento não se realizou mais uma vez.

Ao contrário de formar professoras, a direção do asilo optou pelo casamento das moças, criando para elas uma caixa econômica para servir de dote. Em 1870, O Apóstolo publicava um apelo para que houvesse doações para a constituição de um fundo que daria às moças um dote para um “feliz casamento”. Expressava o editorial, o tom mesquinho pelo qual percebia

o casamento entre pobres ao afirmar que nos tempos que corriam o interesse abafava os nobres sentimentos: “a infeliz mulher, sendo pobre, está condenada a um ostracismo de nova espécie a nunca casar. O dote fascinador é o móvel do homem atual para o casamento” (O Apóstolo, 1870, p.2). Apesar da boa formação moral, intelectual e nos afazeres domésticos, cria o redator, as moças não conseguiam um bom e ideal emprego, que seria o doméstico, devido à existência da escravidão ocupando esses espaços pelo trabalho de escravizadas.

CRISE INSTITUCIONAL, CONGREGACIONAL E POLÍTICA

No relatório da província de 1875 obtivemos uma descrição de como as irmãs conduziam o Asilo:

Existem atualmente no asilo, recebendo conveniente educação e instrução, 117 meninas confiadas aos cuidados de 6 senhoras: sendo uma regente, outra professora de instrução primária e de música, outra adjunta, duas professoras de trabalhos de agulhas e uma encarregada do serviço doméstico, satisfatoriamente coadjuvada pelas asiladas (Azambuja, 1875, p. 22).

Outras descrições como esta denotam a introdução de música e a restrição dos estudos à instrução primária e serviço doméstico e de agulhas (Souza, 1877). As Irmãs do Imaculado Coração de Maria procuravam ir um pouco além, tendo em vista a autonomia das meninas, formação intelectual e recusa ao modelo de educação francesa, tida por elas como muito sensualizada pela dança etc.

Apesar da dissonância de finalidades da educação das meninas asiladas, as irmãs foram afastadas do asilo por questões ligadas à cisão na congregação havida no Rio Grande do Sul, a tensões com a Diretoria do Asilo Santa Leopoldina em função da transferência de irmãs de Niterói para Porto Alegre, aos reclamos de excesso de alunas desde 1870 (à época 120) e a vinda de Bárbara Maix para o Rio de Janeiro, especificamente para a fundação da Escola Doméstica do Pe. Siqueira, em Petrópolis, ano de 1871 (Bortoluzzi, 1996). Ainda neste mesmo ano, e como resultado das divergências internas das irmãs instaladas no Sul, o bispo do Rio Grande do Sul enviou ao bispo do Rio de Janeiro os Capítulos a fim de que se executassem também em sua diocese. A revisão das Regras já era pedida há tempos por algumas irmãs que reclamavam de práticas muito duras. Somado a isso, algumas irmãs de Niterói também demonstraram descontentamento com a condução da Congregação por Bárbara.

A Mesa Diretora nomeou uma freira dentre as reclamantes como superiora do Asilo, em 1872. Tal disputa de poder sobre quem deveria nomear a superiora do Asilo, se a mesa diretora ou se a madre superiora, não era novidade, tendo já acontecido desde 1857. Neste ano, cartas de ambos os lados foram enviadas do presidente da província para providências e a Comissão de Instrução Pública foi incumbida de examinar a questão. As religiosas exigiam que tal inspeção fosse realizada por uma mulher, o que a Mesa não se sentia obrigada a cumprir. Em 1873, uma epidemia de varíola grassou no Asilo matando cinco asiladas e contagiando

72 das 119 meninas¹⁴. Neste mesmo ano faleceu Bárbara Maix e Madre Ana foi nomeada superiora, estabelecendo residência no Asilo em Niterói a fim de dirimir as oposições internas. No ano seguinte, ela destituiu a então superiora do Asilo e entrou em choque frontal com a Mesa Diretora que retomou o contrato para reafirmar que só a Diretoria poderia nomear ou destituir pessoas de cargos no Asilo. Não havendo um acordo, a Mesa Diretora pediu que a Madre Superiora se retirasse do local, o que ela fez no dia seguinte, levando consigo onze irmãs e deixando no asilo sete delas que estavam de acordo com a Mesa. Estas foram declaradas expulsas da Congregação pelo Bispo.

Certamente, esses embates entre Mesa Diretora e as duas superiores da Congregação pela nomeação das diretoras do Asilo referiam-se à condução pedagógica do estabelecimento, o que infelizmente as fontes não apresentam. Até aqui, as dificuldades se davam pela insistência de Bárbara em um tipo de educação que parecia ser um pouco dissonante daquilo que a sociedade tinha como alcance para a vida feminina, além de desejar que apenas senhoras examinassem a condução do Asilo. Mas outros eventos mexiam um pouco com a presença das religiosas no Asilo Santa Leopoldina: a “questão religiosa”, a ascensão dos ultramontanos no interior da Igreja no Brasil e conflitos ligados aos gabinetes liberais no Império e no governo da Província do Rio de Janeiro.

Após a saída da madre superiora e de onze irmãs, as dissidências no Asilo se prolongaram com parte das asiladas se rebelando contra a superiora mantida pela Mesa. Bortoluzzi (1996) apresenta um conjunto de documentos que noticiam a visita do Provedor e até mesmo da Mesa ao Asilo, com o intuito de fazer as jovens rebeladas obedecerem à superiora. No relatório do Barão de Laguna é possível observar que os castigos a essas jovens se faziam cada vez mais duros.

As cenas de desordem que tive a infelicidade de presenciar convosco, em que as meninas tomavam grande parte, obrigando-vos à extrema vigilância, a altivez e rancor que nelas germinavam, tomaram sérias proporções por ocasião do conflito entre as Congregadas. Longe de se mostrarem humildes, dóceis e obedientes, elas, pela maior parte, afrontaram os conselhos que recebiam e todos os dias recaiam nas mesmas faltas, o que nos obrigou a recorrer à prisão e ao isolamento para impedirmos tentativas de resistência que, ditadas por sua inexperiência, as conduziria ao abismo. (Bortoluzzi, 1996, p. 614).

Quatro das sete irmãs que ficaram no Asilo, incluindo aí a superiora, se retiraram pouco tempo depois. Uma publicação do *Jornal do Recife*¹⁵ trazia trechos de um relatório do Barão

¹⁴ O presidente da província, em 1874, relatava aos deputados provinciais que de janeiro de 1873 a agosto do mesmo ano, ficaram doentes 125 meninas, reestabeleceram-se 106, 13 ainda estavam doentes e 6 haviam falecido (Travassos, 1874, p. 29).

¹⁵ O *Jornal do Recife* era um diário criado em 1859 por José de Vasconcellos. Na década de 1860, o jornal foi considerado um órgão oficial do Partido Progressista que congregou dissidentes tanto do Partido Conservador quanto do Partido Liberal. Na década de 1870, o jornal publicava artigos sobre os processos da “questão religiosa” contra os bispos do Pará e de Pernambuco. Isso lhe dava perfil anticlerical ou anti ultramontano. Defendia a maçonaria e os maçons, contra os quais se insurgiram os referidos bispos. Passou a publicar, também nessa época, transcrições de artigos “A Igreja e o Estado” especialmente o de Ganganelli (Joaquim Saldanha Marinho) no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Ganganelli escreveu artigos especialmente para o *Jornal do Recife* (Nascimento, 1966).

de Laguna, provedor da Irmandade mantenedora do Asilo, datado de 07 de fevereiro de 1875, sobre a demissão do capelão, Padre José Violim, e das irmãs do Imaculado Coração de Maria, ocorrido no dia 01 de junho de 1874:

Foi-me difícil acreditar que essas senhoras que deviam zelar a pureza de seus votos e a gravidade de sua posição, procederam tresloucadamente, zombando de quem sempre se distinguiu com respeito, e lhe confiar a guarda de tantas meninas, que não podiam ser deixadas ao abandono e ao acaso, e a quem levavam assim um pernicioso exemplo (Costa, 1875, p. 1).

Os trechos colhidos pelo Jornal do Recife criticavam duramente a instrução dada pelas irmãs e, à vista das compreensões acerca do trabalho das mesmas por outras fontes, chega a ser incoerente. Em um determinado trecho, contrastando com os “delitos” que supostamente as educandas aprendiam com o capelão, o relatório afirmava que, excetuando-se lavar e engomar, os demais serviços eram negligenciados, e acusava de omissão as irmãs para com as desvalidas: “de que eram conhecedoras completas as congregadas, que com elas poderiam repartir tais prendas, sem prejuízo do tempo e do ensino” (Costa, 1875, p.1).

A pouca atenção que mereciam as irmãs o adiantamento das asiladas revela-se claramente por fatos tristemente eloquentes. A asilada Jacintha Flavia do Nascimento, que esteve sete anos no asilo, donde saiu o ano passado casada, era completamente **analfabeta**. (!!!) (grifo do original.)

À vista do reconhecido atraso intelectual em que se acham as educandas e no intuito de realizar os sábios e generosos desígnios do nosso compromisso, julgo imprescindível a designação de três inspetoras de ensino, cuja idoneidade seja reconhecida pela mesa. (Costa, 1875, p. 1).

O Apóstolo deu notícias sobre o Asilo até 1871. A última nota se referia à festa de São Vicente de Paulo e elogiava a instituição. Depois, só aparecem notícias do mesmo em 1876, sobre a extração de uma loteria e, em 1877, indicando o recebimento do relatório do Provedor do Asilo, Barão de Laguna que tomava posse para seu segundo período em tal função. Retomou em 1878 já com a descrição dos problemas que deram margem à demissão do referido barão, seguida da posse do Visconde de Abaeté e a contratação das Irmãs Vicentinas. Por esse tema, o nome do Asilo aparece em vários números do jornal naquele ano de 1878.

O embate político entre liberais e conservadores ficou visível em torno de 1878 quando, a partir da intervenção do presidente da Província, o liberal Barão de Prados e a intervenção do bispo ultramontano D. Pedro Maria de Lacerda, Conde de Santa Fé, deu ascensão ao Visconde de Abaeté na Provedoria da Irmandade de São Vicente e do Asilo Santa Leopoldina, introduzindo ali a administração das irmãs de São Vicente.

No relatório de abertura da Assembleia Provincial de 1878, o Visconde de Prados (Camilo Maria Ferreira Armond) não poupou elogios ao Barão de Laguna (Armond, 1878). Por isso, nota-se o cuidado com a literatura oficial, o que seria legado às gerações futuras quanto aos embates políticos.

Uma carta publicada sob pseudônimo no Jornal do Commercio, de 1874, chamava a atenção da administração provincial para a ação de certa “trindade” na mesa administrativa

do asilo: “infelizmente faz parte dela o espírito mau encarnado em uma trindade, que, monopolizando em sua a administração, move-se tudo por um **rego infernal**, à sombra do qual a intriga a mais formidável põe tudo em anarquia” (A Coruja, 1874, p. 2. Grifo do original).

Sem declinar os nomes dessa trindade, a carta revela que um médico (chamado pelo missivista de “esculapino”) era diretor da “hierarquia parva e pretensiosa”, cuja mesa seria responsável pelo afastamento das “laboriosas irmãs da caridade”, administrando em causa própria¹⁶.

A Pátria, órgão crítico à política conservadora, publicou uma carta na qual se questionava o Barão de Laguna (Jesuino Lamego da Costa) quanto a recusar que os membros da mesa diretora fossem fornecedores do asilo: “disse em mesa que era indecente serem fornecedores do asilo os próprios mesários, que ficam sendo juizes e fiscais de si mesmo, e avisando então não aceitaria propostas nestes termos” (Um Irmão, 1875, p. 3). Cerca de três anos depois, esse mesmo periódico dava notícia da nomeação do Visconde de Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu) para substituir o Barão de Laguna e mencionava que esse, “muito bem intencionado, encontrava embaraços na mesa vitalícia administrativa que tinha-se ali feito, à mercê das coisas que Vmc. sabe, e não achava o apoio e a confiança precisas lá por cima para empreender a reforma da administração daquela casa” (Icaraiense, 1878, p. 4). Termos que já utilizara antes para alertar o presidente da província, Visconde de Prados, da má escolha que tinha para um relatório sobre o estado higiênico dos estabelecimentos públicos da Província. Segundo o jornal, o Senador, Barão de Laguna, militar da marinha, demitiu-se por ser desrespeitado pelos médicos incumbidos de tal relatório, “tendo a tarefa de ferir principalmente o provedor” (O Sr Visconde, 1878, p. 3)¹⁷.

Um “ineditorial” em O Fluminense, em resposta a uma série de publicações do jornal liberal “A Reforma”, explicita com clareza a disputa entre Liberais e Conservadores em torno do Asilo Santa Leopoldina e acusa o Visconde de Prados, presidente da Província, de querer ferir o Barão de Laguna por ser expoente do Partido Conservador (Caros, 1878). No entanto, não há contradição em várias publicações, quanto ao estado higiênico do prédio e da educação das meninas. No aspecto educativo, destacou-se a falta de higiene que impedia a frequência satisfatória às aulas, tanto pela falta de banhos, como lavagem das roupas e ausência de calçados (Rocha; Rodrigues, 1878). Essas também são reclamações frequentes das irmãs em diversas cartas (Bortoluzzi, 1996).

¹⁶ Antônio José de Souza Rego era secretário interino da mesa administrativa da Irmandade de São Vicente de Paulo. Atribuímos o nome ao destaque na carta a “rego infernal”. Antônio José de Souza Rego era médico e funcionário público na secretaria da fazenda (há referência na carta à mesa do orçamento do tesouro). Foi relator da Segunda Exposição Nacional em 1866 (Blake, 1970).

¹⁷ “A Pátria” professava os princípios liberais desde 1851 até 1860, quando foi substituído, por dois anos, pelos nomes “Echo da Nação” e “A Revolução Pacífica”, devido a disputas pelo uso do nome. Em 1862, retornou à denominação “A Pátria”. Foram editados por Carlos Bernardino de Moura (Brasil, 2014). Na edição n. 28, de 1878, o editorial, adotando a ideia de Souza Franco de que o futuro do Brasil pertencia ao Partido Liberal, defendia o espírito democrático e a realização inevitável do progresso da razão (A Coherencia, 1878, p. 2).

O Apóstolo que não se manifestou durante o período em que o Asilo ficou entregue a senhoras da sociedade e professoras leigas, apresenta sucintamente sua versão para o ocorrido entre 1873 e 1878 no editorial da edição de 17 de julho de 1878, no qual afirma que visitou várias vezes aquela casa enquanto estava aos cuidados das irmãs do Imaculado Coração de Maria:

Apareceu depois quem pretendesse dar ao Asilo de Santa Leopoldina uma forma toda secular, banindo em grande parte as práticas religiosas, afrouxando a disciplina sobre pretexto de haver necessidade de facilitar o casamento das órfãs, e afinal expelindo as irmãs do Sagrado Coração, que foram vítimas de calúnias e injúrias, moeda com que se paga aos membros dos institutos religiosos, que se dedicam ao serviço da humanidade daí principiou a decadência do Asilo (O Apóstolo, 1878a, p. 1).

A vinda das Irmãs Vicentinas, destacadas em outro editorial de O Apóstolo, aconteceu após intervenção do bispo diocesano (O Apóstolo, 1878b; Armond, 1878), D. Pedro Maria de Lacerda, cuja formação lazarista junto ao Seminário de Mariana, certamente facilitou o acerto entre o presidente da Província, o Visconde de Prados, que também foi aluno lazarista no Caraça, o Visconde de Abaeté, provedor da Irmandade de São Vicente e as superiores da Congregação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Médicos e juristas, ao longo da segunda metade do século XIX, debateram a questão da infância desvalida, contribuindo para a reelaboração da política assistencial. A consecução do direito social, vai se estabelecendo no contexto da insuficiência da “caridade” em atender aos problemas sociais, por depender de uma tradição que não permitia uma continuidade dos aportes para a manutenção, de forma que o modelo de arrecadação estatal, atenderia melhor aos requisitos mais modernos de financiamento. Convivem, no entanto, esses dois modelos, uma vez que não há àquele tempo, uma obrigação do Estado.

O Asilo Santa Leopoldina parece-nos ser emblemático desta transição. As disputas entre a Mesa Diretora e a superiora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria não referem-se à mera substituição da regência do Asilo por esta ou aquela freira. Mas, sim, aos embates sobre quem orienta o tipo de educação ali ofertado. Isso se revela pelas disputas entre os estatutos da Mesa e as regras da Congregação.

A atuação direta de deputados, presidentes e vice-presidentes, além da elite política, especialmente os ligados ao Partido Conservador, nos permite pensar no Asilo como estratégia de uma política pública, embora ainda marcada pela visão da benemerência, ligada à tradição católica da caridade, incorporando novas vertentes introduzidas pela ideia de filantropia. Essa centralidade do Asilo na política pública, como instituição educativa e lugar de instrução, fica mais evidente quando cotejados os projetos de formação de professoras para a instrução pública provincial como é o caso da possibilidade da agregação da Escola Normal feminina.

A dinâmica do conflito em torno da visão do papel feminino na sociedade, especialmente das mulheres pobres, aparece na expectativa de formar uma professora ou para o serviço doméstico, como é o projeto da Congregação do Imaculado Coração de Maria e a proposta de formação de uma caixa de dotes para enviar as internas para o casamento.

REFERÊNCIAS

- A COHERENCIA democrática da “Pátria”. **A Pátria**, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 28, 14 abr. 1878. Editorial, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/12153>. Acesso em: 13 set. 2021.
- A CORUJA de Nossa Senhora do Rosário. O Asylo Santa Leopoldina e o que lá se vai. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 53, n. 357, p. 2, 23 dez. 1874. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_06/10133. Acesso em: 13 set. 2021.
- ALMEIDA E MELLO, Américo Brasiliense de. **Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. 1º vice presidente** em 9 de maio de 1868. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 31 ago. 2021.
- [ALMEIDA, Antônio do Coração de Maria e]. Correspondência. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XXX, n. 273, p. 2, 4 out. 1855. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/9140. Acesso em: 11 set. 2021.
- A MADRE Maria Coleta. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 48, p. 1, 30 abr. 1880. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/343951/6605>. Acesso em 19 ago. 2021.
- ARMOND, Camilo Maria Ferreira. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro** no dia 8 de setembro de 1878. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1878. p. A2-A10. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em: 13 set. 2021.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL (Rio de Janeiro). Ata da Sessão de 11 de dezembro de 1875. **Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional, 1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/218740/8208>. Acesso em: 8 set. 2021.
- ASILO SANTA LEOPOLDINA. Irmandade de São Vicente de Paulo. Contrato. Registro em: 26 ago. 1878. in: **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 109, p. 2, 25 set. 1878. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/343951/5708>. Acesso em 18 ago. 2021.
- AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**: no dia 8 de setembro de 1875. Rio de Janeiro: Typ do Apóstolo, 1875. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em: 9 set. 2021.
- BAKOS, Margarete M.; SILVEIRA, Eliana; CASTRO, Carmem. Órfãs para o trabalho: Rio Grande do Sul, século XIX. **Educação e filosofia**, Uberlândia, v. 5/6, n. 10/11, p. 127-134, jan./dez. 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/159434>. Acesso em: 11 set. 2021.
- BARBOSA, Luiz Antônio. **Relatório apresentado ao Exmo. vice-presidente da Província do Rio de Janeiro**, em 02 de maio de 1854. Niterói: Typ. Quirino e Irmão, 1854. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 17 ago. 2021.

- BARBOSA, Luiz Antônio. **Relatório apresentado ao Exmo. vice-presidente da Província do Rio de Janeiro**, em 1857. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1857. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 24 jun. 2021.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Praça 11 de junho. In: ACONTECE. **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Seção de Iconografia, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/06/praca-11-junho>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. reimp. ed. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1970. v. I.
- BORTOLUZZI, Octávio Cirillo. **Documentário. Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria**. 2a ed. Gráfica Dom Bosco, 1996.
- BRASIL, Bruno. A Revolução Pacífica. In: **Biblioteca Nacional Digital**. Rio de Janeiro, 5 ago. 2014. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-revolucao-pacifica/>. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Anaes do Parlamento Brasileiro**: Sessão de 19 de maio de 1852. Tomo II. Rio de Janeiro: Typ H. J. Pinto, 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/132489/31856>. Acesso em: 11 set. 2021.
- CÂNDIDO, Antônio. **Um funcionário da monarquia**; Ensaio sobre o segundo escalão. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CATITUIA, Antônio Gonçalves da Silva. Deo gratias. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 157, p. 3, 10 jun. 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/2088>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- CAROS, F. A “Reforma” e o Asylo Santa Leopoldina. **O Fluminense**, Niterói, ano I, n. 6, 19 maio 1878. Ineditoriais, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/100439_01/14. Acesso em: 13 set. 2021.
- COMUNICADO. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 8004, p. 2, 30 jan. 1849. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/33059. Acesso em 30 ago. 2021.
- COSTA, Jesuíno Lamego da [Barão de Laguna]. Muito positivo: Trechos do relatório do Barão de Laguna, provedor do Asilo Santa Leopoldina. **Jornal do Recife**, Recife, ano XVIII, n. 75, p. 1, 3 abr. 1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/10438>. Acesso em: 8 set. 2021.
- FARO, João Pereira Darrigue. **Relatório do vice-presidente, o exmo barão do Rio Bonito**, no dia 1.º de agosto de 1854. Rio de Janeiro: Typ. Dois de dezembro de Paula Brito, 1853. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 14 ago. 2021.
- GALVÃO, Alfredo. Félix Emílio Taunay e a Academia das Belas Artes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 186, 1968. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/reviphan/4065>. Acesso em 30 ago. 2021. O chafariz da Praça Onze.
- ICARAIENSE, d. Carta particular. **A Pátria**, Niterói, ano XXII, n. 36, 19 maio 1878. Sessão livre, p. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/12187>. Acesso em: 13 set. 2021.
- IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). **Venâncio José Lisboa**. Perfil: sócios falecidos, brasileiros. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/VJLisboa.html>. Acesso em 17 ago. 2021.
- LAEMMERT. Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1850. Ano 7. Seção Província do Rio de Janeiro. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/313394x/3602>. Acesso em 17 ago. 2021.

- LEONARDI, Paula. **Puríssimo Coração**: um colégio de elite em Rio Claro. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2002.
- MACEDO, Diogo Teixeira de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro** no dia 1º de outubro de 1869. Rio de Janeiro: Typ do Diário, 1869. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 31 ago. 2021.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARASCHI, Gabriel de Azevedo. Uma visão de mundo Saquarema: ensaio sobre seus pensamentos políticos. **Revista Escrita da História**, Ano II, vol. 2, n. 3, abr./ago. 2015, pp 114-145. Disponível em <http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/reh/article/view/30>. Acesso em 22 mar. 2021.
- MELLO, Reynaldo França Lins de. Economia da esmola: Uma introdução à economia do dízimo. **Educação em Foco**, Amparo, p. 13-30, 2015. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/educacao-em-foco/ano-2015/>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- MORAES, C. C. P.; TAVARES, L. A.; SOUZA, R. B. Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (séculos XVIII ao XX). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 65, n.1, p. 23-53, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v65i1.53883>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821 – 1954)**: Diários do Recife 1829/1900. Recife: Imprensa Universitária/Universidade Federal de Pernambuco, 1966. v. II. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v02.pdf. Acesso em: 11 set. 2021.
- O APÓSTOLO. O Apóstolo, Rio de Janeiro, ano V, n. 22, p. 1-2, 29 maio 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/1670>. Acesso em: 8 set. 2021.
- O APÓSTOLO. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 80, 17 jul. 1878. Editorial, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/5591>. Acesso em: 13 set. 2021. 1878a.
- O APÓSTOLO. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 85, 28 jul. 1878. Editorial, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/5611>. Acesso em: 13 set. 2021. 1878b.
- OLIVEIRA, Sônia Machado de. **Gestão feminina nas escolas da sociedade, educação e caridade**. Orientadora: Flávia Obino Werle. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1994/SoniaOliveiraEducacao.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- O SR VISCONDE de Prados. **A Pátria**, Niterói, ano XXII, n. 28, 14 abr. 1878. Noticiário, p. 2-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/12154>. Acesso em: 13 set. 2021.
- PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA (Rio de Janeiro). Luiz Pedreira do Couto Ferraz. 06 de março de 1852. Encaminha legislação e consulta. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 8949, p. 1, 27 mar. 1852. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/36905. Acesso em: 16 ago. 2021.
- PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA (Rio de Janeiro). João Pereira Darrigue Faro. 24 de junho de 1854. Deliberação provincial criando um asilo para a infância desvalida. **Relatório do vice-presidente**, no dia 1.º de agosto de 1854. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1855. Anexos, p. S1.7-S1.8. Disponível em: [hhttp://ddsnext.crl.edu/titles/184](http://ddsnext.crl.edu/titles/184). Acesso em: 17 ago. 2021.

- REDAÇÃO. As irmãs do Sagrado Coração de Maria. **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, v. I, n. 18, p. 138, 2 maio 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/700096/164>. Acesso em: 11 set. 2021.
- RIO DE JANEIRO. Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Sessão de 14 de maio de 1850. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 8399, 15 maio 1850, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/34678. Acesso em 12 ago. 2021. 1850b
- ROCHA, José Martins; RODRIGUES, José Antônio. Relatório apresentado ao presidente da Província do Rio de Janeiro. In: ARMOND, Camilo Maria Ferreira. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro** no dia 8 de setembro de 1878. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1878. p. A2-A10. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em: 13 set. 2021.
- SILVA, Jairo Bezerra et al. “Os pobres tereis sempre convosco”: Simmel e as ambivalências da caridade católica no semiárido brasileiro. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, V. 55, p. 581-598, dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v55i0.73192>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- SILVA, João Manoel Pereira da. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro** na 12ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1857. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 24 jun. 2021
- SOUTO, Luiz Honório Vieira. Discurso proferido pelo Sr. Vieira Souto na sessão de 16 de agosto. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 236, 26 ago. 1859, p. 2. Suplemento. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/14890. Acesso em 16 ago. 2021.
- SOUZA, Francisco Antônio de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro** no dia 8 de setembro de 1877. Rio de Janeiro: Typ Montenegro, 1877. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em: 9 set. 2021.
- TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro** no dia 20 de março de 1874. Rio de Janeiro: Typ. do Apóstolo, 1874.
Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 19 ago. 2021. 1874a
- TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro** no dia 08 de setembro de 1874. Rio de Janeiro: Typ. do Apóstolo, 1874.
Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 19 ago. 2021. 1874b
- TOLENTINO, Antônio Nicolau. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**, na 11ª legislatura. Niterói: Typ da Pátria, 1856. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 23 jun. 2021. 1856a.
- TOLENTINO, Antônio Nicolau. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro** na 13ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ Laemmert, 1858. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184>. Acesso em 25 jun. 2021.
- UM IRMÃO, d. Fornecimento de medicamentos para o Asylo de Santa Leopoldina. **A Pátria**, Niterói, ano XIX, n. 23, 25 fev. 1875. Publicações a pedido, p. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/830330/10678>. Acesso em: 13 set. 2021.
- VALLE, Hardalla Santos do; AMARAL, Giana Lange do. Entre o estudo, as orações e o aprendizado do trabalho: uma abordagem do cotidiano das internas do Asylo Coração de Maria de Rio Grande/RS (décadas de 1860 a 1950). **Diálogos**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 61-75, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v22i3.41470>. Acesso em: 11 set. 2021.

VASCONCELOS, J. M. Pereira de. **As Assembleias Provinciais**; ou Coleção Completa das leis, decretos, avisos, ordens e consultas que se tem expedido acerca das atribuições e atos de tais corporações. Rio de Janeiro: Laemmert, 1869.

MARCO AURÉLIO CORRÊA MARTINS é Professor Adjunto Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Possui Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013). Tem atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, pensamento educacional, pensamento religioso na educação.

E-mail: marcoaureliocorrearmartins@gmail.com

PAULA LEONARDI é professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Programa de Pós-Graduação em Educação (Proped/UERJ) e pesquisadora dos grupos Focus (Grupo de Pesquisa sobre Educação, Instituições e Desigualdade, FE, Unicamp) e GEHER (Grupo de Estudos História da Educação e Religião – núcleo Rio de Janeiro, Edu, UERJ). É mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp e doutora em Educação pela Faculdade de Educação USP (2008).

E-mail: leonardi.paula@gmail.com